

Institucionalização do racismo religioso: reflexões sobre o racismo religioso institucionalizado na gestão de Sérgio Camargo na Fundação Cultural Palmares

Institutionalization of religious racism: reflections on institutionalized religious racism in Sérgio Camargo's administration at Fundação Cultural Palmares

Eduardo BONINE¹

 0000-0001-8239-6085

Resumo

Este artigo pretende refletir sobre o racismo religioso institucionalizado na gestão de Sérgio Camargo na Fundação Cultural Palmares. Para a análise, lança-se mão da leitura do edital lançado pelo Governo Federal promovendo a troca do logo da Fundação. O percurso analítico ocorre em duas vias: o conceito de racismo religioso à luz urgente de sua aplicabilidade na produção da Ciência da Religião e a ideia social de empoderamento enquanto um dispositivo fluido pela apropriação hegemônica do termo.

Palavras-chave: Ciência da Religião. Decolonialidade. Empoderamento. Intolerância religiosa.

Abstract

This article intends to reflect on the institutionalized religious racism in Sérgio Camargo's administration, at Fundação Cultural Palmares. This article analyzes the public notice promoting the exchange of the Foundation's logo. There are two ways of analysis: the concept of religious racism and its applicability in the production of Science of Religion and the social idea of empowerment.

Keywords: Religious Studies. Decoloniality. Empowerment. Religious intolerance.

Introdução

“Somos todos irmãos”. Esse é o título de uma publicação da Fundação Cultural Palmares² em seu portal oficial no dia 13 de agosto de 2021, sete dias antes do lançamento de um edital para a troca do logo da Fundação.

Os irmãos do título seriam os negros e as negras que se encontram, no entendimento da Palmares, no “movimento negro”. Não à toa, há no título do texto um complemento, anunciando as ambições e as vontades por trás da gestão de Sérgio Camargo: “a época digna do movimento negro”.

¹ Universidade Católica de São Paulo, Centro de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião. R Monte Alegre, 984, Perdizes, 05014-901, São Paulo, SP, Brasil. E-mail: <dubonine@gmail.com>.

² “Somos todos irmãos: a época digna do movimento negro”. Publicação no portal oficial da Fundação Cultural Palmares em 13 de agosto de 2021 (Fundação Cultural Palmares, 2021).

É interessante perceber, no decorrer da leitura, afirmações como: “[...] quilombo abordou o negro não como massa de manobra de movimento revolucionários, como acontece atualmente”, ou então: “[...] em vez de incentivar o ódio e o ressentimento, (o quilombo na ideia da Gestão) incentivou o crescimento moral, cultural e intelectual [...], foi integracionista em vez de segregacionista” (Fundação Cultural Palmares, 2021a, *online*).

O que à primeira vista poderia ser lido como um instrumento de ode ao movimento que promove afirmações políticas e políticas públicas para a segurança dos negros e das negras brasileiros, demonstra um, talvez, violento e criminoso dispositivo textual de inversão de valores, com fundamentação moral, por deixar implícitas as ideias de que, atualmente, o movimento (logo, a esquerda) incentiva o ódio e o ressentimento, não os crescimentos moral, cultural e intelectual e se propõe segregacionista.

No dia 20 de agosto de 2021, o mesmo portal online lança um edital oficial³ para a troca do logo da Fundação, anteriormente um oxê (machado) do orixá Xangô, representante da justiça para as religiões de matriz africana. Esse lançamento vem ao encontro da ideia defendida pela gestão da Palmares à época, de que “somos todos irmãos”, uma vez que, pela retórica de Sérgio Camargo, não se deve priorizar uma religião em detrimento das outras – uma tentativa de subverter a ideia de comunidade, de reconhecer o lugar do outro de forma legítima.

No texto que acompanha o lançamento do edital, há a seguinte defesa: “A escolha da logomarca por Concurso evidencia-se como mais democrática, por ser aberta a toda população, seguindo o preceito constitucional da laicidade do Estado e ainda garante diversidade existente no país” (Fundação Cultural Palmares, 2021b, *online*).

Os termos “laicidade” e “diversidade” também não estão à toa no parágrafo, embora aplicados para a subversão de seus significados sócio-políticos, uma vez que essa gestão federal tem se revelado distante da prática (e da retórica) de um Estado laico e a compreensão de diversidade só é bem-vinda quando se impõe a performance individual em detrimento do coletivo.

Em seu perfil na rede social Twitter⁴, na época do lançamento do concurso, Sérgio Camargo escreveu: “Muita gente, inclusive eu, achava que era uma palmeira estilizada. Mas é o machado de Xangô, informação que consta do documento que oficializou o símbolo” (Mari, 2021, *online*). Depois, ironizou sua percepção do logo da Fundação da qual está à frente como “santa ingenuidade”.

Esse caso da Palmares não é o primeiro a revelar as intencionalidades da administração às religiões de matriz africana. Em agosto de 2020, a Mãe Baiana processou Sérgio Camargo por intolerância religiosa⁵ quando tomou conhecimento das declarações dele a seu respeito: “Tem gente vazando informação aqui pra mídia, vazando para uma mãe de santo, uma filha da puta de uma macumbeira, uma tal de Mãe Baiana, que ficava aqui infernizando a vida de todo mundo” (Mari, 2021, *online*).

Para além dessa performance da gestão Palmares, logo que assumiu a presidência, Jair Bolsonaro e Michelle Bolsonaro mandaram retirar a obra Orixás, da artista plástica Djanira, do Palácio do Planalto. A obra não ocupa o Palácio aleatoriamente; é uma representação de performance de brasilidade cultural,

³ “Lançamento para Edital: criação de novo logotipo e logomarca da FCP”: texto de anúncio do edital, que premia com R\$20.000,00 (vinte mil reais) o vencedor do “concurso” (Fundação Cultural Palmares, 2021b).

⁴ A rede social Twitter tem se revelado uma plataforma recorrente para os discursos “oficiais” dos representantes da gestão de Jair Bolsonaro, uma vez que ministros, secretários e até o presidente da república anunciam suas propostas, suas conduções e seus “desabafos” pela rede. Por isso, este texto se atenta às afirmações de Sérgio Camargo em seu perfil na rede social tendo em vista que ele muito se pronuncia na plataforma e concede poucas entrevistas a órgãos de imprensa.

⁵ A proposta deste texto é revelar o que está por trás do argumento de “intolerância religiosa” quando aplicado em contexto brasileiro. O debate sobre o tema nas ciências sociais já reuniu um arcabouço interessante para análise (vide Silva, 2007). As reflexões deste artigo propõem um outro olhar sobre o termo, o do racismo religioso, que apresenta um imaginário de ataque particular, herdado do pensamento colonial (Nogueira, 2020).

social e política. A intenção de lembrar cotidianamente a presidência que a administração também precisa estar atenta às comunidades subalternas se revelou, na gestão Bolsonaro, um ataque às religiões de matriz africana.

Em razão disso, este texto pretende refletir sobre a posição da Fundação Cultural Palmares sob a gestão de Sérgio Camargo a partir de dois eixos: a ideia de empoderamento defendida por Berth (2020), uma vez que não se trata de indivíduos, mas de uma compreensão comunitária do termo, e a ideia de racismo religioso, largamente elaborada por Nogueira (2020).

Essa ideia contempla a perspectiva analítica por alargar a ideia de intolerância religiosa e revelar que, no contexto analisado, não se trata apenas de uma disputa de polos religiosos, mas de um racismo estrutural que confere um ataque direto às performances e aos produtos elaborados por negros e negras em uma sociedade escravocrata que perpetua a ideia colonial.

A construção do outro a partir de um ideal do eu-hegemônico é uma violência cotidiana na colonialidade, que se choca, justamente, no ufanismo nacionalista de uma palmeira que é atravessada pelo machado da justiça (Bonine, 2020). Essa ideia de colonialidade parte da perspectiva de um país atravessado pela performance colonial. Embora não haja escravidão, a mentalidade social ainda é escravocrata (Bonine, 2020).

Procedimentos Metodológicos

Um devir negro e um projeto de branquitude

Partindo da perspectiva mbembiana de devir negro (Mbembe, 2018), a Fundação Cultural Palmares, enquanto projeto e curso nos governos anteriores, procurava garantir a instrumentalização da memória de indivíduos excluídos de uma sociedade que, colonizada, se pretende colonial. O conceito de Mbembe pressupõe que a construção do outro, a partir do referencial do eu-hegemônico, caracteriza tudo aquilo que não é desejado pelo poder colonial. Assim, lançar mão de um devir negro é se reconhecer no lugar do outro subalternizado e se apropriar de seu corpo, de sua história, de sua memória, de seus recursos, de seus instrumentos, de sua performance social e cotidiana e de sua epistemologia de forma autêntica, rompendo com esse lugar subalterno a serviço da reprodução do eu-hegemônico.

Essa é era característica motora da Palmares desde sua fundação até o governo de Jair Bolsonaro e da nomeação de Sérgio Camargo. O lugar que garantiria, de maneira institucionalizada, o devir negro da sociedade brasileira (Mbembe, 2018) por meio do empoderamento do outro (Berth, 2020), passa a ser conduzido no sentido contrário, e por meio da falácia retórica do “somos todos irmãos”, tanto pela promoção do edital de concurso quanto pelo falso desejo de proteger todas as religiões.

Fundada em 22 de agosto de 1988 sob a tutela do Ministério da Cidadania, está em seu regimento o comprometimento com o combate ao racismo por meio da valorização, da difusão e da preservação da cultura negra. Além dos fomentos culturais e sociais, a Fundação garante projetos educativos, sendo que uma das principais ações vinculadas à Palmares é a Lei nº 10.639/03, que torna obrigatório o ensino de História da África e da Afro-brasilidade nas escolas.

Em seu bojo institucional, o projeto da Palmares é uma ação de empoderamento e combate ao racismo (também religioso) por meio de um devir negro, legitimando epistemologias excluídas pela consciência colonial. O paradoxo surge em 2019, primeiro ano do mandato de Jair Bolsonaro, que se

elege pela premissa de uma sociedade “não vitimista”, sem olhos às garantias de direitos e de seguridade aos corpos subalternos e às pautas não hegemônicas.

Anunciar o jornalista com carreira na Agência Estado⁶ Sérgio Camargo como presidente da Fundação é uma das estratégias de quebra com o devir negro, utilizando a retórica do empoderamento de maneira falaciosa, uma vez que o presidente é um homem negro que se descreve como um “antivitimista”. Em sua gestão, a Palmares oficializa performances como: “Superação do passado: sem dívida histórica e olhando para o futuro”⁷. Essa perspectiva nega experiências sociais simultâneas que atravessam histórias pessoais e coletivas, falseando mais uma vez uma ideia de sociedade igualitária.

A superação de um passado é cotidiana. É, como Mbembe conceitua, um devir. Não se supera o que é negado, o que se institucionaliza por meio do esquecimento e da invisibilização. “Dívida histórica” é a premissa das garantias de direitos sociais por meio de ações do Estado para os corpos subalternizados.

Promover um “olhar para o futuro” a fim de negar o passado (e o presente) é a estratégia estrutural do governo Bolsonaro, que promete legislar para os seus ao lançar mão tanto desse “futuro”, quanto do “vitimismo”.

Sob a falácia do “somos todos irmãos”, a Fundação Cultural Palmares institucionaliza, em 2021, um racismo religioso. A reportagem faz um panorama da história da Fundação por meio da construção da ideia de Quilombo pelo entendimento da gestão à frente da Palmares, conduzida por Sérgio Camargo, figura pública emblemática no governo conservador e de extrema direita de Jair Bolsonaro.

O texto, no primeiro parágrafo, já traz a figura emblemática de Abdias Nascimento, mas em toda a construção do percurso dissertativo há uma reelaboração dos conceitos defendidos pelo movimento negro, proporcionando uma interpretação enviesada (à direita) da história das políticas públicas para os negros e as negras brasileiros. Em alguns parágrafos, essa compreensão é explícita: “Outro artigo condena a Klu-Klux-Klan que impede o ‘congraçamento de raças’, e no outro lê-se ‘somos todos irmãos’, não importando a cor. Portanto, tudo muito diferente do movimento negro atual, no qual predomina um discurso separatista e rancoroso” (Fundação Cultural Palmares, 2021b, online).

Na quebra de um devir negro (Mbembe, 2018) por meio do reforço colonial da branquitude (Berth, 2020), o texto apresenta o lançamento de um edital para a troca do logo da Fundação, reforçando sua conduta: “[...] quanto ao julgamento da escolha, será constituída uma comissão composta por até 5 (cinco) servidores, todos com reputação ilibada e pleno conhecimento da matéria em exame” (Fundação Cultural Palmares, 2021b, online). Vale ressaltar aqui que a apresentação do edital não explicita o que se entende por “reputação ilibada”, nem por “conhecimento da matéria em exame”. Quando se estabelece uma comissão julgadora de editais públicos, deixa-se esmiuçado o perfil dos cidadãos e das cidadãs que ocuparão o júri, inclusive a participação de representante da sociedade civil, da pasta cultural e do serviço público.

Categorias como “reputação ilibada” e “conhecimento da matéria em exame” caracterizam o imaginário institucionalizado pelo governo, colocando na contramão dessas categorias o outro subalternizado.

No próximo tópico, será apresentada a performance religiosa (e social) por meio da ideia de “terreirar”. Esse conceito se desenvolve como um referencial epistemológico na comunidade de terreiro, promovendo uma consciência que atravessa a compreensão religiosa e se expande para a sociedade.

⁶ De 2000 a 2015, Sérgio Camargo trabalhou na Agência Estado, do grupo de jornalismo Estado de São Paulo. Também trabalhou, na década de 1990, na Rádio CBN, na Folha de São Paulo, no Diário Popular e no Diário do Grande ABC.

⁷ O presidente da Fundação Cultural Palmares, Sérgio Camargo, participou do segundo “Congresso Conservador: Liberdade e Democracia”, o maior evento do gênero no sul do Brasil, ocorrido em novembro de 2021 (<https://www.palmares.gov.br/?p=59573>)

Poder do terreiro e “terreirar” no poder

Para a leitura deste texto, é preciso assumir a defesa de Nogueira de que terreiro é um espaço de conflito e de construção de consenso, podendo ser observado como um espaço religioso, uma vez que as casas de candomblé e de umbanda dão esse nome aos seus locais de culto, e, também, como um abasileiramento epistemológico da compreensão das ágoras gregas, espaços de troca social.

Essa segunda leitura é a que mais interessa para a compreensão desta análise, associada à ideia de empoderamento de Berth (construída acerca das categorias de conflito e de consenso) e ao que confere o poder, enquanto ação afirmativa, para o outro.

O outro diante do eu-hegemônico não pode ser visto como uma categoria abstrata. É um projeto colonial, de controle, estabelecido na retórica do ódio; uma técnica discursiva que pretende reduzir o outro ao papel de inimigo a ser eliminado (Mbembe 2021). O outro está na forja do que se chama, na estratégia discursiva de Bolsonaro e de sua base, de “marxismo cultural”; uma leitura equivocada que relaciona exclusivamente as ações democráticas asseguradas pelo Estado a uma conduta generalizada de marxismo.

Nesse bojo está incluído o desmonte associado ao desejo neoliberal de destruição do outro para usar os corpos não hegemônicos (a favor do mercado, na produção e no comércio), para competir e, por fim, para aniquilar: esse trajeto é percorrido, quase que didaticamente, pela Fundação Cultural Palmares ao usar a figura de Sérgio Camargo (um homem negro) para esvaziar a pasta da sua perspectiva de espaço público de conflito e de consenso, para competir com outras categorias subalternizadas e, por fim, para aniquilar o projeto em sua base.

Está nessa perspectiva de terreiro, enquanto uma categoria social de análise, a hipótese que diferencia intolerância religiosa de racismo religioso. Para compreender a performance política, é preciso entender essas categorias não como disputas epistemológicas, mas como diferentes, e a que melhor se enquadra para contribuir com este texto é a de racismo religioso (Nogueira, 2020).

Não à toa um homem negro comanda o desmonte da Fundação Cultural Palmares e violenta as direções religiosas de matriz africana. Esse projeto político-colonial se instaura quando se perde o poder do terreiro e a performance de “terreirar” no poder.

Para se compreender enquanto outro em uma sociedade construída pelo olhar do eu-hegemônico, depende-se do que poderia se chamar de acesso, de passabilidade e de segurança pública. Essa educação, essa permissão de pertencimento e esse livre existir estão presentes em um terreiro, na experiência social comunitária – o que o torna indesejável a um Estado fascista: “[...] ressalte-se que o fato de um sujeito pertencente a um grupo oprimido ter desenvolvido pensamento crítico acerca de sua realidade não retira a dimensão estrutural que o coloca sob situações degradantes. Essa é uma das razões pelas quais o empoderamento é um processo gradual” (Berth, 2020, p. 55).

Esse poder necessário para a humanidade do outro é construído na consciência crítica do indivíduo, não desassociada do comunitário (o coletivo em sua comunidade), nem esvaziada de sentido:

Vale dizer que isso não significa que a dimensão individual esteja alijada do processo, ao contrário: o empoderamento individual e coletivo são duas faces indissociáveis do mesmo processo. O empoderamento individual está fadado ao empoderamento coletivo, uma vez que uma coletividade empoderada não pode ser formada por individualidades e subjetividades que não estejam conscientemente atuantes dentro de processos de empoderamento (Berth, 2020, p. 54).

Por isso, a ideia de empoderamento pressupõe um indivíduo que se percebe coletivamente, e essa percepção pressupõe um “terreirizar” social, seja nas políticas públicas estabelecidas em espaços de conflito e de consenso do outro e do eu-hegemônico, seja nos métodos epistemológicos.

Debruçar-se sobre o confronto estabelecido pela palmeira ufanista (eu-hegemônico) e o machado da justiça (outro subalternizado) pela compreensão epistemológica de terreiro representa um caminho pouco comum dentro da Ciência da Religião, o que aproxima esta análise de uma perspectiva decolonial ao colocar luz sobre aspectos sociais que desenvolvem o poder como “[...] conjuntos de estratégias necessariamente antirracistas, antissexistas, anticapitalistas e como as articulações políticas de dominação que essas condições representam” (Berth, 2020, p. 51).

Sérgio Camargo, ao se descrever como “[...] presidente da Fundação Palmares. Negro de direita, antivitimista, inimigo do politicamente correto, livre” (Camargo 2021a, *online*)⁸, exemplifica o que Joice Berth, em diálogo com Paulo Freire, compreende por “[...] o oprimido não é um conceito abstrato, mas é marcado por gênero, raça, sexualidade e outras categorias” (Berth, 2020, p. 44): o outro subalterno.

A intenção política do governo de Jair Bolsonaro, além de invalidar as práticas e as performances não hegemônicas, é lançar mão de estratégias que empurram essas performances para um não-lugar até chegar à exclusão social.

Por meio da retórica religiosa e de uma falaciosa ideia de laicidade do Estado, o que a Fundação Cultural Palmares chama de “somos todos irmãos” está de mãos dadas com o slogan presidencial “Brasil acima de tudo e Deus acima de todos”.

Esse Brasil, construído por meio de uma palmeira ufanista, tem seu deus construído não como superior ao Xangô e seu machado da justiça, mas como único, impossibilitando a existência do orixá.

A estratégia binária, de polos opostos, é a que mais se sobressai na conduta opressiva de Jair Bolsonaro, combatendo, assim, o acesso à informação, invalidando vozes, experiências e performances.

Ainda em diálogo com a ideia de empoderamento de Berth, informação é um instrumento de libertação. É por meio dela que o “terreirizar” se faz possível, uma vez que a epistemologia atravessa os muros da prática religiosa, do perceber-se enquanto coletivo, para ocupar as ruas, as praças e as instituições de educação, políticas, econômicas, sociais etc.

É por meio da informação que se contextualiza a história e a sociedade. Essa era, até 2018, uma das diretrizes da Fundação Cultural Palmares: preservar a memória da população negra no Brasil, o que se revela, agora, com seu desmonte, uma tendência colonial de exclusão:

O contexto sócio-histórico é fundamental para pensar a resolução de problemas referentes à população negra. Ou seja, é crucial considerar a realidade concreta desses grupos e criar ferramentas emancipatórias para o acesso a uma vida digna [...] Vemos, então, um dos principais pontos revolucionários da epistemologia negra, qual seja, a transformação concreta em comunidades, por meio do trabalho de base e compromisso ético com a pesquisa acadêmica, atingindo resultados que o conceito nem sempre alcança, posto que muitas vezes está cercado pelos muros da intelectualidade dominante (Berth, 2020, p. 36).

O lançamento de um edital que busca apagar um logo afirmativo de uma Fundação que se pretende afirmativa evidencia as condutas da gestão. Sérgio Camargo, em 8 de novembro de 2021, ainda escreveu em seu Twitter que “[...] nenhum preto que tenha decência, profissão, valores da família e da fé cristã e amor pelo seu país, é vítima de ‘racismo estrutural’ (picaretagem inventada pela esquerda). Muito mais

⁸ Descrição do perfil de Sérgio Camargo na rede social Instagram. Acessado em novembro de 2021, quando o perfil era acompanhado por 259 mil pessoas.

do que o racismo, o que degrada o negro é o papel de cachorrinho adestrado de comunista!” (Camargo 2021b, online).

“Decência”, “profissão”, “valores da família e da fé cristã” e “amor pelo seu país” são categorias que se aplicam à retórica da base de Jair Bolsonaro e contribuem para o imaginário do eu-hegemônico, colonizador, que pretende subalternizar seu diferente por meio de conceitos simbólicos, moralistas e desumanizadores, reforçando a conduta fascista: sem humanidade, sem poder.

Um indivíduo, legítimo oprimido, sendo porta-voz da opressão, sinaliza para a definição de parâmetros:

Há que se definir esses parâmetros, uma vez que a ausência dessas considerações provoca a execução inversa do que prega o conceito de empoderamento, pois não fornece estratégias para a libertação individual a serviço da emancipação coletiva, mas cria sistemas de dependência em que indivíduos negros ou de outras vivências de gênero não apenas deixam de entender o significado, como passam a usá-lo a serviço de suas reproduções das práticas internalizadas de racismo e sexismo (Berth, 2020, p. 25).

A potência do coletivo, do terreiro enquanto categoria sociopolítica, pela complexidade de sua estrutura, a fim de emancipar os subalternos em sua complexidade, é o que estrutura a Fundação Cultural Palmares desde sua fundação.

Por meio de uma compreensão religiosa (terreiros de matriz africana), as estratégias políticas romperam essa margem e alcançaram a cultura, a economia, a educação e a política em sua complexidade. É sobre esse alcance da performance de terreiro e o ataque direcionado às contribuições da população negra, mais precisamente o ataque ao candomblé e à umbanda, que se constrói a categoria de racismo religioso.

Resultados e discussão: intolerância religiosa e o racismo revelado

Enxergar, à primeira vista, palmeiras ufanistas em vez do machado de Xangô, é um sinal de invisibilidade. Transformar a troca desse símbolo em proposta política é um projeto colonial que tem nome: racismo religioso.

Tolerar não é garantir a legitimidade do outro. Na fragilidade do debate de um Estado laico, como uma fantasia empregada para sustentar um discurso que pouco se aproxima de uma prática democrática, a ideia de tolerar o outro parte de um referencial hegemônico desenvolvido na exclusão.

Nogueira (2020), em suas reflexões sobre a intolerância religiosa, alerta para as desigualdades estruturais que não apenas atravessam o debate político sobre tolerância e as performances sociais da intolerância, mas fundamentam as relações construídas entre o eu-hegemônico e o outro subalternizado:

É preciso aceitar que esse tipo de discurso, no fundo, nega o direito à existência autônoma do que é diferente dos padrões construídos socialmente. Há uma linha entre o mais e o menos aceitável. A realidade da tolerância funciona como um expediente do desejo de quem se considera ao lado do mais aceitável para estigmatizar o diferente e manter este às margens da cultura hegemônica, que, outra vez, traça a tênue linha divisória entre o normal e o anormal. [...] Com efeito, ainda que a defesa liberal-igualitária da tolerância, diante de discussões controversas, postule que se trate de um respeito mútuo em um cenário de imparcialidade das instituições frente a concepções

morais mais gerais, isso não pode funcionar em um mundo marcado por graves desigualdades estruturais (Nogueira, 2020, p. 58).

Ainda por essa perspectiva e pela análise da retórica laica empregada em um governo que falsamente se pretende democrático, é possível observar que o conceito se autoinvalida, uma vez que se pretende coletivo apenas na homogeneização das performances individuais, não na heterogeneidade:

Em certa medida, a tolerância religiosa não é diferente do “mito da democracia racial”, da “cordialidade brasileira”, do mito que diz que “somos todos iguais” e do mito que diz “Deus é um só e somos todos filhos do mesmo Deus”. A própria tolerância nega todos estes mitos, pois, se de fato fôssemos todos iguais social, histórica, econômica e culturalmente, ninguém precisaria se tolerar (Nogueira, 2020, p. 59).

Logo, pode-se retomar o título do texto da Fundação Cultural Palmares, “somos todos irmãos”, e repensar a ideia por trás da irmandade pretendida. Em um governo que se desenvolve por meio da exclusão, que invalida experiências sociais, econômicas, culturais de grupos subalternizados e o faz a serviço da ideia de um Deus acima da pátria, a laicidade se perde ou, talvez, nunca tenha se encontrado.

Não se pode ignorar a fragilidade conceitual por trás do emprego da laicidade, seja como dispositivo político ou como recurso retórico para oficializar performances e espaços religiosos, em detrimento de outros.

Um dado que pode sinalizar essa fluidez no emprego de um Estado laico é a evolução da quantidade de denúncias de intolerância religiosa contabilizadas pelo Disque 100⁹:

Os dados nacionais do Disque 100 evidenciam a religião mais perseguida no Brasil. Em 2011, das 15 denúncias, houve um incidente com o candomblé e 11 com religião não informada; em 2012, 109 denúncias, sendo 13 de CTTro e 71 sem religião informada; em 2013, das 231 denúncias, 45 de CTTro e 121 sem religião informada; em 2014, das 149 denúncias, 41 delas se referem às CTTro (aparece uma denúncia para Tambor de Mina) e 50 sem religião informada; em 2015, foram 556 denúncias, das quais 394 sem religião informada e 46 referentes às CTTro; em 2016, o Disque 100 apresentou o maior número de denúncias desde o primeiro ano de balanço, 759 denúncias. [...] É possível afirmar que a discussão sobre a intolerância religiosa se intensificou e, do mesmo modo, o Disque 100 passou a ser mais conhecido pela população. Em 2016, o tema “intolerância religiosa” foi adotado na redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Nogueira, 2020, p. 70).

Por meio dessa projeção oferecida pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que apresentou, de alguma forma, um serviço de denúncia e provocou uma reflexão sobre as violências de perfil religioso no Brasil, os dados contabilizados pelo Disque 100 foram mais expressivos: 756 denúncias em 2016. Em 2017 foram 537 denúncias e 506 em 2018.

Retomando as ideias de fragilidade da perspectiva laica do Estado, do falseamento de poder conferido ao outro e do atravessamento do racismo na intolerância religiosa brasileira, caminha-se para a hipótese de que o Brasil carrega, consigo, um panorama de violência particular, fruto de um histórico colonial escravocrata que exclui o outro em toda a sua performance – nesse caso, a religiosa –, lançando mão de estigmas sociais que afastam o outro de sua legitimidade, uma vez que as denúncias tinham corpo, cara, cor, mas não tinham nome, na categoria “religião não informada”:

Pelo menos 90% das denúncias sem religião informada referem-se a religiões estigmatizadas, ou seja, às religiões de matriz africana (CTTro), o que colocaria as tradições africanas no Brasil entre

⁹ O governo Bolsonaro, pela chancela da ministra Damares Alves (assumidamente contrária às religiosidades não-cristãs), excluiu a modalidade “discriminação religiosa” do serviço Disque 100. Como apresentado por Nogueira (2020), os relatórios dos anos anteriores apontavam para o predomínio de denúncias registradas pelo segmento afro-religioso.

80% e 90% das denúncias gerais. Em 2018, por exemplo, das 506 denúncias, pelo menos 400 seriam referentes às perseguições contra as CTTro (Nogueira, 2020, p. 71).

Essa análise apresenta uma perspectiva de interpretação, também, por trás do projeto colonial empregado como bandeira de valor moral no governo de Jair Bolsonaro. Não por acaso, os ataques às religiões de matriz africana partem da pasta que, em sua criação, asseguraria a existência dessas religiões, compreendendo sua performance como social, política, cultural, econômica etc.

A Fundação Cultural Palmares compreendia a epistemologia de terreiro, uma vez que não pretendia falsear a laicidade do Estado ao promover ações nesses espaços religiosos, mas dar nome e identidade oficial àquilo que já tinha corpo, cara e cor no emprego da violência simbólica.

Por meio do slogan oficial “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” e da ideia de que “somos todos irmãos: época digna do movimento negro”, o Governo Federal e a Palmares reelaboram a dinâmica do eu-hegemônico e do outro por meio da colonialidade, institucionalizada como um projeto de apagamento:

A negação da existência do outro por meio do apagamento de sua cultura e crenças religiosas possui estreita relação com um projeto de poder relacionado a um proselitismo eleitoral. Não se pode negar que os ataques direcionados à questão religiosa, no bojo das relações sociais, começam e são reforçados por meio de um discurso legitimado pelo poder e por poderosos. [...] Tudo em nome de uma agenda moral transformada em uma crença que se resume ao desejo de se encontrar uma solução rápida e mítica – no mau sentido da palavra – para os problemas de segurança pública, em busca de uma educação de qualidade, da manutenção de valores da suposta família tradicional e de uma política anticorrupção (Nogueira, 2020, p. 67).

O racismo religioso é a reiteração e a manutenção da escravidão enquanto um projeto político, por isso não pode ser negligenciado, enquanto categoria analítica na Ciência da Religião, para observar os fenômenos sociais cruzados no contexto brasileiro.

Tanto a abordagem de Nogueira (2020) quanto de Berth (2020) apresentadas neste texto corroboram para a hipótese do que está por trás das estratégias do governo de Jair Bolsonaro. O empoderamento esvaziado do outro, em detrimento de uma performance social que se enquadre nas pré-estabelecidas pelo eu-hegemônico, leva a uma exclusão de sua alteridade, de uma invisibilização diante de um cenário branco, heteronormativo e cristão.

A conduta do governo, por meio das ações da Fundação Cultural Palmares, evidencia um racismo religioso aplicado à invisibilização do outro. Lançar um edital com o intuito de trocar uma ilustração de um órgão público é uma estratégia que objetiva não apenas reelaborar o conceito visual, mas estrategicamente anular uma memória. Os machados de Xangô são um pertencimento, enquanto as palmeiras ufanistas são uma ilusão. Por isso, o questionamento de Nogueira (2020, p. 79) se faz urgente: “Se estamos diante de uma *cristãocracia* fortalecida pelo presidente eleito em 2018 e pelo loteamento de ministérios, secretarias e setores públicos cuja única credencial exigida é pertencer a uma igreja evangélica, quem se sentirá à vontade para se identificar como pertencente a uma tradição preta?”.

Cabia ao governo, até então, garantir estratégias culturais, educativas, sociais, econômicas e políticas que contribuíssem para a construção do pertencimento. Os machados eram uma lembrança de resistência a um ufanismo nacional.

“Somos todos irmãos” pode servir como ideia legítima de um país igualitário, mas, na prática, reelabora uma herança escravocrata como uma estratégia de controle. Sob esse aspecto, lançar mão

do racismo religioso enquanto categoria de análise é fundamental para ampliar as contribuições epistemológicas na Ciência da Religião, oferecendo, inclusive, um olhar atento às questões brasileiras.

O racismo religioso condena a origem, a existência, a relação entre uma crença e uma origem preta. O racismo não incide somente sobre os pretos e pretas praticantes dessas religiões, mas sobre as origens da religião, sobre as práticas, sobre as crenças e sobre os rituais. Trata-se da alteridade condenada à não existência. Uma vez fora dos padrões hegemônicos, um conjunto de práticas culturais, valores civilizatórios e crenças não pode existir – ou pode, desde que a ideia de oposição semântica a uma cultura eleita como padrão, regular e normal, seja reiteradamente fortalecida. É provável que o termo “intolerância” seja mais aceito por conta dos mitos da democracia racial e da democracia religiosa (laicidade). No Brasil, tudo o que colocar o povo brasileiro em uma posição cordial será mais aceito do que qualquer noção que confrontá-lo ou que pode colocá-lo na posição de extremista, excludente e violento (Nogueira, 2020, p. 89).

Sem memória, sem justiça

A perspectiva do racismo religioso, no cenário brasileiro, se apresenta como uma categoria analítica fundamental para analisar o fenômeno da fragilidade laica do Estado, que “[...] só existe, na melhor das hipóteses, em termos conceituais e como um ‘tipo ideal’ weberiano e, na pior das hipóteses, como uma bandeira levantada contra segmentos sociais que se quer ver longe da máquina estatal” (Abumanssur, 2016, p. 17). É na forja dessa estrutura confusa da compreensão da laicidade que surge o racismo como um fator evidente na intolerância, como característica do que se quer longe do Estado.

O racismo “[...] é um sistema total que se articula em três instâncias entrelaçadas: estruturas políticas, econômicas e jurídicas” (Nogueira, 2020, p. 91). A religião, por outro lado, também se caracteriza, enquanto fenômeno social, nas instâncias política, econômica e jurídica – aliás, se há um governo que faz questão de lembrar essa tríade basilar é o de Jair Bolsonaro.

Está justamente nesse aspecto a confusão instaurada entre a ideia de um Estado laico e a estrutura social da religião, fortalecida, inclusive, pelo projeto colonial de desumanizar o outro, invalidando sua agência social, pela memória e pela ação cotidiana.

Por meio dessa perspectiva, em que se evidencia o racismo religioso, pode-se compreender que “[...] o objeto do racismo já não é o homem particular, mas certa forma de existir. Trata-se da negação de uma forma simbólica e semântica de existir, de ser e estar no mundo” (Nogueira, 2020, p. 91). Daí a importância dessa categoria, enquanto autônoma, para contribuir com as análises na Ciência da Religião, uma vez que o cenário brasileiro precisa de ser observado em sua dinâmica particular – um país construído a partir de um eu-hegemônico que não apenas afasta o outro do protagonismo social, mas o exclui por completo.

O lançamento de um edital para a troca de uma imagem identitária sob a retórica do “somos irmãos” é um evidente exemplo desse projeto de exclusão. Se, por um lado, os machados da justiça do orixá Xangô eram a lembrança cotidiana de uma existência, o que virá a partir de agora? Qual história será contada? Qual imagem será lembrada?

Pressupondo a hipótese de uma urgente humanidade do outro para conferir poder e legitimar suas ações, a Fundação Cultural Palmares representa, agora, o oposto dessa intenção. Sob a retórica religiosa, de ataques às religiosidades de matriz-africana em detrimento da “cristãocracia”, a confusa aplicação da laicidade é um instrumento positivo para balizar as tentativas do governo.

Este texto reforça a ideia de que “sem memória, sem justiça”. Se o Estado pretende retirar os machados de Xangô que representam uma contribuição social evidente para a construção de uma brasilidade (Bonine, 2021), a Ciência da Religião pode ir na contramão ao elaborar uma epistemologia que não negligencie o outro e desenvolver análises por meio de categorias cada vez mais urgentes para o campo religioso brasileiro: o racismo religioso é uma realidade. Não anula a intolerância religiosa; dá cara, dá corpo e dá cor.

Conclusão

Uma leitura atenta às inferências por trás do “Somos todos irmãos” revela um racismo religioso institucionalizado pelo governo de Jair Bolsonaro. Racismo religioso pressupõe, como apresentado neste texto, a desumanização do outro por uma perspectiva racializada, entendendo a performance de terreiros de candomblé e de umbanda como religião do negro (do outro).

Em um país escravocrata, essa categoria se demonstra mais bem-sucedida para a análise de um governo que potencializa o eu-hegemônico. Sob essa perspectiva, a humanidade do outro não é um pressuposto; é uma condição. Esses corpos subalternos estão submetidos a códigos políticos, sociais, culturais, econômicos e históricos que aniquilam suas memórias e promovem a autorrejeição.

Este texto repensou a ideia de empoderamento como um dispositivo social de garantias de direito e de segurança da performance social do outro. Por meio de ações sociais e públicas, o reconhecimento do outro enquanto um sujeito autônomo e constitutivo da sociedade é garantido.

Essa era uma das premissas da Fundação Cultural Palmares quanto à memória e à performance social dos negros e das negras no Brasil. Na contramão desse projeto, as ações de Jair Bolsonaro enquanto presidente do país baseiam-se na falácia de uma “superação do passado” por meio da exclusão do outro, considerando-o um “vitimista”.

Atravessado a essa conduta de racismo religioso, surge a hipótese de que um dos principais problemas a serem enfrentados é a laicidade do país, um termo de assimilação confusa, uma vez que se perdem as intenções e as práticas que compõem a ideia de um Estado laico.

Lançar mão da laicidade para negligenciar ações de religiões subalternas em detrimento de um “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” não é meramente paradoxal. É racismo. Portanto, a reflexão aqui proposta é um convite aos cientistas da religião para que reconheçam o urgente debate sobre a categoria brasileira de intolerância religiosa.

Um Estado que escolhe assertivamente o grupo social a ser atacado, excluído e negligenciado, não pode ser analisado sob categorias homogeneizadas. Intolerância religiosa é ampla. Racismo religioso é assertivo.

Referências

Abumanssur, E. S. Religião e democracia, questões à laicidade do Estado. *In*: Conselho Regional de Psicologia SP (org.). *Laicidade, religião, direitos humanos e políticas públicas*. São Paulo: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, 2016. p. 17-25. (Coleção Psicologia, Laicidade e as Relações com a Religião e a Espiritualidade).

Berth, J. *Empoderamento*. São Paulo: Jandaíra, 2020.

Bonine, E. *Embranquecimento do candomblé? Uma análise da linha sucessória do Axé Ilê Obá, terreiro de nação gueto no bairro do Jabaquara, em São Paulo*. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

Bonine, E. Encruzilhadas epistemológicas na Ciência da Religião: uma reflexão sobre as categorias analíticas de “teologia” e “cosmopercepção” para a construção da disciplina. *Revista Identidade*, v. 26, p. 243-250, 2021. Disponível em: <http://revistas.est.edu.br/index.php/identidade/article/view/1204>. Acesso em: 8 nov. 2021.

Camargo, S. Página inicial. 2021a. Instagram: @sergiodireita. Disponível em: <https://www.instagram.com/sergiodireita/>. Acesso em: 1 nov. 2021.

Camargo, S. Página inicial. 28 maio 2021b. Twitter: @CamargoDireita. Disponível em: https://twitter.com/sergiodireita1/status/1457778566150516737?ref_src=twsrc%5Egoogle%7Ctwcamp%5Eserp%7Ctwgr%5Etweet. Acesso em: 8 nov. 2021.

Fundação Cultural Palmares. Lançamento para Edital: Criação de novo logotipo e logomarca da FCP. *Fundação Cultural Palmares*, Brasília, 17 ago. 2021b. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/?p=58727>. Acesso em: 8 nov. 2021.

Fundação Cultural Palmares. Somos todos irmãos: a época digna do movimento negro. *Fundação Cultural Palmares*, Brasília, 13 ago. 2021a. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/?p=58691>. Acesso em: 8 nov. 2021.

Mari, J. Presidente da Fundação Palmares Decide tirar ‘machado de Xangô’ de logotipo: “será trocado por um símbolo não religioso”. *Yahoo Notícias*. São Paulo, 2 jun. 2021. Disponível em: <https://br.noticias.yahoo.com/presidente-da-fundacao-palmares-decide-tirar-machado-de-xango-de-logotipo-sera-trocado-por-simbolo-nao-religioso-135950165.html>. Acesso em: 8 nov. 2021.

Mbembe, A. *Crítica da razão negra*. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

Mbembe, A. *Política da inimizade*. São Paulo: n-1 Edições, 2021.

Nogueira, S. *Intolerância religiosa*. São Paulo: Jandaíra, 2020.

Silva, V. G. *Intolerância Religiosa, impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro*. São Paulo: EDUSP, 2007.

Como citar este artigo/How to cite this article

Bonine, E. Institucionalização do racismo religioso: reflexões sobre o racismo religioso institucionalizado na gestão de Sérgio Camargo na Fundação Palmares. *Reflexão*, v. 47, e225634, 2022. <https://doi.org/10.24220/24476803v47e2022a5634>